

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

LEI 1036/95

DISPÕE SOBRE NORMAS DE SAÚDE
EM VIGILÂNCIA SANITÁRIA,
ESTABELECE PENALIDADES E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGUACY OLIVEIRA BRAZ, PREFEITO
MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, NO
DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E
DE ACORDO COM A LEI, FAZ SABER
A TODOS, QUE CÂMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES VOTOU E APROVOU
E EU SANCIONO E PROMULGO A
SEGUINTE LEI:

Art. 1 - Os assuntos concernentes à saúde da população regem-se pela presente Lei, atendida a Legislação Estadual e Federal.

Art. 2 - Toda pessoa que tenha domicílio, residência ou realize atividades no Município de Romelândia, está sujeita às determinações da presente Lei, bem como às dos regulamentos, normas e instruções dela advindas.

Parágrafo 1 - Para os efeitos desta Lei, o termo pessoa refere-se à pessoa física, ou jurídica de direito público ou privado.

Parágrafo 2 - A pessoa deve colaborar com a autoridade de saúde, empenhando-se, ao máximo, no cumprimento das instruções, ordens e avisos emanados com o objetivo de proteger e conservar a saúde da população e manter ou recuperar as melhores condições do ambiente.

Parágrafo 3 - A pessoa deve prestar, a tempo e veridicamente, as informações de saúde solicitadas pela autoridade de saúde, a fim de permitir a realização de estudos e

pesquisas que, propiciando o conhecimento da realidade a respeito da saúde da população e das condições de ambiente, possibilitem a programação de ações para a solução dos problemas existentes.

Parágrafo 4 - A pessoa tem a obrigação de facilitar e acatar as inspeções de saúde e as coletas de amostras ou apreensões realizadas pela autoridade de saúde, bem como outras providências definidas pela autoridade de saúde, com fundamento na legislação em vigor.

TITULO - I

DA COMPETÊNCIA EM VIGILÂNCIA SANITARIA

CAPITULO - I

DA ORIENTAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

Art. 3 - A Secretaria de Saúde Municipal, integrando o Sistema Único de Saúde, compete as ações de Vigilância Sanitária.

Art. 4 - Compreende-se por ações de Vigilância Sanitária o conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir sobre os problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos, serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população em geral.

Art. 5 - Compreende-se como campo de abrangência de atividades de Vigilância Sanitária Municipal:

Parágrafo 1 - Orientação, Controle e Fiscalização de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionam à saúde, envolvendo a comercialização e consumo, compreendendo, pois, matérias primas, transporte, armazenamento, distribuição, comercialização e consumo de alimentos, medicamentos, saneantes, produtos químicos, produtos agrícolas, produtos biológicos, drogas veterinárias, águas, bebidas, agrotóxicos, biocidas, equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, insumos, cosméticos e produtos de higiene pessoal, dentre outros de interesse à saúde.

Parágrafo 2 - Orientação, Controle e Fiscalização da prestação de serviços que se relacionam, direta ou indiretamente, com a saúde, abrangendo, dentre outros, serviços veterinários, odontológicos, farmacêuticos, clínico-terapêuticos, diagnósticos de controle de vetores e roedores.

Parágrafo 3 - Orientação, Controle e Fiscalização sobre o meio ambiente, devendo estabelecer relações entre os vários aspectos que interferem na sua qualidade, compreendendo tanto o ambiente e processo de trabalho como de habitação, lazer e outros sempre que impliquem riscos à saúde, como aplicação de agrotóxicos, edificações, parcelamento do solo, saneamento urbano e rural, lixo domiciliar, comercial, industrial e hospitalar.

Parágrafo 4 - Orientação, Controle e Fiscalização de Estabelecimento Industrial Comercial e Agropecuário.

Parágrafo 5 - Exercer outras atividades por Delegação de Estado.

Art. 6 - A Vigilância Sanitária será exercida pelo Município, no âmbito de suas atribuições e na respectiva circunscrição territorial pela Autoridade Municipal, sem prejuízo da ação Estadual.

CAPÍTULO - II

DO REGISTRO E DO CONTRÔLE

Art. 7 - Todo alimento somente será exposto ao consumo ou entregue à venda depois de registrado no órgão competente do Ministério da Saúde.

Art. 8 - Estão obrigados a registro no órgão competente do Ministério da Saúde:

I - os aditivos internacionais;

II - as embalagens, equipamentos e utensílios elaborados e/ou revestidos internamente de substâncias resinosas e poliméricas e destinados a entrar em contato com alimentos, inclusive os de uso doméstico;

III - os coadjuvantes da tecnologia de fabricação, assim declarados por Resolução da Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos.

Parágrafo Único - O registro e liberação de industrialização do produto sujeito ao Título I, Capítulo II, será feito junto ao Ministério da Saúde, através da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado.

TÍTULO - II

DA SAÚDE, SUA PROMOÇÃO E DEFESA

CAPÍTULO - I

DA SAÚDE DE TERCEIROS

SEÇÃO - I

DISPOSIÇÃO GERAL

- Art. 9 - Toda pessoa deve zelar no sentido de, por ação ou omissão, não causar dano à saúde de terceiros, cumprindo as normas ou regras habituais de sua profissão ou ofício, bem como as prescrições da autoridade de saúde.

SEÇÃO - II

ATIVIDADES DIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

DOS PROFISSIONAIS DE CIÊNCIA DA SAÚDE

- Art. 10 - A pessoa, no exercício de profissão de ciência da saúde, atuará de conformidade com as normas legais regulamentares, e as de ética.

Parágrafo 1 - A pessoa, para exercer profissão de ciência da saúde deve possuir diploma, título, grau, certificado ou equivalente válido, devidamente registrado no órgão competente, e em conformidade com as disposições legais e regulamentares correspondentes.

Parágrafo 2 - Presumir-se-á no exercício ilegal da profissão a pessoa que, sem ter a respectiva habilitação, executar serviços por qualquer meio, ou fizer uso de instrumentos relacionados com a ciência da saúde.

- Art. 11 - O profissional de ciência da saúde deve:

I - colaborar com os serviços de saúde ou com a autoridade de saúde, quando solicitado e, especialmente, nos casos considerados de emergência ou de calamidade pública;

II - cientificar sempre à autoridade de saúde as doenças que, através de regulamentos, sejam declarados de notificação compulsória.

Art. 12 - O profissional de ciência da saúde que realize transplante de órgão humano, só pode fazê-lo em estabelecimento devidamente autorizado para esse fim, cumprindo as obrigações pertinentes.

Art. 13 - A pessoa, no exercício pleno de profissão de ciência da saúde, somente pode proceder a pesquisa ou experiência clínicas no ser humano sob patrocínio de instituição pública ou privada de cunho científico, legalmente reconhecida.

SEÇÃO - III

ATIVIDADES INDIRETAMENTE RELACIONADAS COM A SAÚDE DE TERCEIROS

SUBSEÇÃO - I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 - Toda pessoa, cujas ações ou atividades possam prejudicar, indiretamente, a saúde de terceiros, quer pela natureza das ações ou atividades, quer pelas condições ou natureza de seu produto ou resultado deste, quer pelas condições do local onde habita, trabalha ou frequenta, deve cumprir as exigências legais e regulamentares correspondentes e as restrições ou medidas que a autoridade de saúde fixar.

Parágrafo 1 - A pessoa, para construir ou reformar edifício urbano ou parte deste, de qualquer natureza, tipo ou finalidade, deve obter a aprovação do respectivo projeto por parte da autoridade de saúde competente, dependendo, para fins de ocupação de vistoria sanitária, a qual será repetida periodicamente, conforme disposto em regulamento.

Parágrafo 2 - O disposto no parágrafo anterior aplica-se também a qualquer utilização diferente daquela para a qual o

edifício ou parte deste foi construído ou reformado.

II SUBSEÇÃO - II

HABITAÇÃO URBANA E RURAL

Art. 15 - Toda pessoa proprietária ou usuária de construção destinada à habitação deve obedecer às prescrições regulamentares relacionadas com a salubridade.

Parágrafo 1 - Para os efeitos desta Lei, entende-se por construção destinada à habitação, o edifício já construído, toda espécie de obras em execução, e ainda as obras tendentes a ampliá-lo, modificá-lo ou melhorá-lo, com o fim de servir para moradia ou residência própria ou de terceiros.

Parágrafo 2 - A pessoa proprietária tem obrigação de entregar a casa em condições higiênicas e a usuária tem a obrigação de assim conservá-la.

Parágrafo 3 - A pessoa proprietária ou usuária de habitação ou responsável por ela deve acatar a intimação da autoridade de saúde e executar, dentro do prazo concedido, as obras julgadas necessárias.

Parágrafo 4 - As disposições deste artigo aplicam-se, também, a hotel, motel, albergue, dormitório, pensão, pensionato, internatos, creches, asilo, cárcere, quartel, convento e similares.

IV SEÇÃO - IV

ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL, COMERCIAL E AGROPECUÁRIO

Art. 16 - Toda pessoa, proprietária de ou responsável por estabelecimento industrial, comercial ou agropecuário, de qualquer natureza, deve cumprir as exigências regulamentares para que, por sua localização, condição, estado, tecnologia empregada ou pelos produtos de sua atividade, não ponha em risco a saúde e a vida dos que nele trabalham ou o utilizem.

Parágrafo 1 - O estabelecimento industrial, comercial e agropecuário, obedecerá às exigências sanitárias regulamentares do Código de Posturas Municipal.

V SEÇÃO - V

ALIMENTOS E BEBIDAS

Art. 17 - Toda pessoa que produza, fabrique, transforme, comercie, transporte, manipule, armazene ou coloque à disposição do público, inclusive ao ar livre, alimentos e/ou bebidas, deve obedecer aos padrões de higiene e salubridade estabelecidos em lei e regulamento.

Parágrafo 1 - A pessoa que manipule alimentos ou bebidas, na forma deste artigo, deve submeter-se a exame de saúde periódico, de acordo com o regulamento, cujo atestado expedido por serviço de saúde, deve ser exibido pelo respectivo proprietário ou responsável.

Parágrafo 2 - Somente poderá ser comercializado o alimento que preencher os requisitos dispostos em lei, regulamentos, portarias e/ou normas técnicas.

Art. 18 - Toda pessoa poderá construir, instalar ou por em funcionamento estabelecimento que produza, fabrique, transforme, comercie, manipule, armazene ou coloque à disposição do público alimento e/ou bebida, desde que obtenha a autorização e registro junto ao serviço público competente, cumprindo, para isto, normas regulamentares entre outras, as referentes a projeto de construção, localização, saneamento, pessoal, tecnologia empregada, reutilização de embalagens, instalações, materiais e instrumentos, conforme a natureza e a importância das atividades, assim como dos meios de que dispõe para proteger a saúde da comunidade e evitar a poluição e/ou contaminação do ambiente.

SEÇÃO - VI

SUBSTÂNCIAS E PRODUTOS PERIGOSOS

Art. 19 - Toda pessoa que elabore, fabrique, armazene, comercie ou transporte substância ou produto perigoso ou agrotóxico deve solicitar permissão ao serviço de saúde competente e cumprir as exigências regulamentares, em defesa da saúde pública.

Parágrafo 1 - Considera-se substância ou produto perigoso, para os efeitos desta Lei, o que é capaz de, por seu grau de combustão, explosividade, emissão radioativa, carga elétrica, propriedade tóxica ou venenosa, por em risco a saúde ou a vida da pessoa, ou de terceiros em qualquer fase de sua reparação, armazenagem, transporte ou utilização.

Parágrafo 2 - Considera-se agrotóxico as substâncias ou misturas de substâncias e/ou, processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao setor de produção, armazenamento e beneficiamento de alimentos e à proteção de florestas nativas ou implantadas, bem como a outros ecossistemas e ambientes doméstico, urbano, hídrico e industrial, cuja finalidade seja alterar a constituição faunística e florística dos mesmos, a fim de preservá-los da ação danosa de seres vivos considerados nocivos.

Parágrafo 3 - A pessoa está proibida de entregar ao público substância e produto mencionados neste artigo sem indicação precisa e clara de sua periculosidade, sem a utilização de receituário agrônomo prescrito por profissional devidamente habilitado, bem como das instruções para seu uso correto e correspondente tratamento de urgência, quando puser em risco a saúde e a vida da pessoa ou de terceiros.

CAPITULO - II

DEVERES DA PESSOA COM RELAÇÃO AO AMBIENTE

SEÇÃO - I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 20 - Toda pessoa deve preservar o ambiente, evitando por meio de suas ações ou omissões, que ele se polua e/ou contamine, se agrave a poluição ou a contaminação existente.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei, são entendidos como:

AMBIENTE - o meio em que vive;

POLUIÇÃO - qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente, que possa importar em prejuízo à saúde e à segurança da população;

CONTAMINAÇÃO - qualquer alteração de origem biológica que possa potencializar injúria à saúde dos seres vivos.

21 - Toda pessoa está proibida de descarregar ou lançar ou dispor de quaisquer resíduos, industriais ou não, sólidos, líquidos, gasosos, que não tenham recebidos adequado tratamento, determinado pela autoridade de

saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Art. 22 - Toda pessoa deve preservar a natureza, protegendo a flora e a fauna benéfica ou inócua, em relação à saúde individual ou coletiva e evitando a destruição indiscriminada e/ou extinção das espécies.

Art. 23 - Toda pessoa, proprietária de ou responsável por imóvel, deve conservá-lo de forma que não polua ou contamine o ambiente.

Parágrafo 1 - A pessoa deverá utilizar a rede pública de abastecimento de água, salvo se comprovar que sua fonte própria se apresenta de conformidade com os padrões de potabilidade, não comprometendo a sua saúde ou de terceiros.

Parágrafo 2 - A pessoa deverá utilizar a rede pública de esgotos sanitários, salvo se comprovar que seu sistema de eliminação de dejetos não compromete a sua saúde ou a de terceiros.

Parágrafo 3 - A pessoa, para implantar, comercial ou ocupar loteamento de terreno deve obter a aprovação do serviço de saúde competente, submetendo-se a normas regulamentares.

Parágrafo 4 - A pessoa proprietária de ou responsável por terreno baldio em zona urbana ou suburbana, é obrigada a realizar as obras de saneamento determinadas pela autoridade de saúde competente.

SEÇÃO - II

POLUIÇÃO E/OU CONTAMINAÇÃO DO SOLO E/OU DA ÁGUA

SUBSEÇÃO - I

DISPOSIÇÕES DE RESÍDUOS E DEJETOS

Art. 24 - Toda pessoa deve dispor higienicamente de dejetos, resíduos e detritos provenientes de sua atividade doméstica, comercial, industrial ou pública, de acordo com o prescrito em regulamento, normas, avisos ou instruções da autoridade de saúde, em especial do órgão responsável pelo meio ambiente.

Parágrafo Único - A pessoa é proibida de lançar espejos e resíduos industriais nos mananciais de água e sistemas de esgotos sanitários, sem a autorização e sem o cumprimento de regulamentos, normas e instruções baixadas pela autoridade de saúde, e órgão encarregado da manutenção destes sistemas.

25 - A pessoa é obrigada a utilizar o serviço de coleta, remoção e destino do lixo mantido pela municipalidade, conforme as exigências estabelecidas nos regulamentos, normas e instruções legais.

Parágrafo 1 - Enquanto não for implantado o serviço urbano, a pessoa deve dispor o lixo conforme regulamentos, normas ou instruções da autoridade de saúde.

Parágrafo 2 - O serviço público urbano de coleta e destino do lixo, onde não houver incineração ou tratamento adequado, depositá-lo-á em aterros sanitários, ou utilizará processos, a critério da autoridade de saúde.

SUBSEÇÃO - II

AGUAS RESIDUARIAS E PLUVIAIS

26 - Toda pessoa é obrigada a dar escoamento das águas servidas ou residuárias, oriundas de qualquer atividade, e as pluviais, em sua propriedade, conforme as disposições regulamentares, normas e instruções da autoridade de saúde.

Parágrafo 1 - A pessoa é proibida de lançar as águas servidas ou residuárias, sem prévio tratamento, em mananciais de superfície ou subterrâneos, como em qualquer outras unidades de abastecimento de água, assim como em lagoas, canais e valas, provocando ou contribuindo para a poluição e/ou contaminação destes.

Parágrafo 2 - Pessoa alguma pode estancar ou represar as águas servidas ou pluviais em área urbana.

TÍTULO - III

DA TAXA DOS ATOS DE VIGILANCIA SANITARIA MUNICIPAL

CAPÍTULO - I

DA INCIDÊNCIA E DOS CONTRIBUINTES

7 - Fica criada a taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal que é devida pela execução, por parte da Secretaria Municipal de Saúde, dos seguintes serviços.

- I - Vistoria Sanitária, a pedido da pessoa proprietáriaável por empresa, imóvel, bens, produtos ou serviços sua natureza, uso, aplicação, comercialização, ização, transporte, armazenamento, divulgação, que ressar à Saúde Pública;
- II - Vistoria Prévia, vistoria realizada, sempre para processo para a concessão de Alvará Sanitário;
- III - Concessão de Alvará Sanitário, entendido como sanitária para funcionamento de estabelecimentos, atividades de interesse da Vigilância Sanitária
- IV - Concessão de Licença Especial, entendida como sanitária para a realização de atividades não no inciso anterior;
- Concessão de Licença Provisória, entendida como sanitária para a realização de atividades por prazo nado, que não ultrapasse os 30 dias;
- I - Fornecimento de Certidão, Declaração ou Atestado assentos atribuíveis à Secretaria Municipal de Saúde;
- II - Análise e Aprovação Sanitária de Projetos de de residências ou apartamentos;
- III - Outras fixadas por Decreto Municipal.

lade
uas
nas
ra
a,
a
er
s,
is
e
a
e

CAPÍTULO - II

Do Cálculo

Taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal será cobrada de acordo com o ANEXO I da presente Lei e terá como base de cálculo a UFIR mensal ou outro que vier a substituí-la.

Parágrafo Único - O pagamento da Taxa prevista nesse inclui o pagamento dos demais tributos e penalidades a que estiver sujeito o contribuinte, e deverá ser ormente à execução do ato.

TÍTULO - IV
DAS INRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 32 - Para a graduação e imposição de pena, a autoridade sanitária levará em conta:

- I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;
- II - a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para a saúde pública;
- III - os antecedentes do infrator quanto às normas sanitárias.

Art. 33 - São circunstâncias atenuantes:

- I - a ação do infrator não ter sido fundamental para a consecução do evento;
- II - a errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quando patente a incapacidade do agente para atender o caráter ilícito do fato;
- III - o infrator, por espontânea vontade, imediatamente, procurar reparar ou minorar as consequências do ato lesivo à saúde pública que lhe for imputado;
- IV - ter o infrator sofrido coação, a que podia resistir, para a prática do ato;
- V - ser o infrator primário, e a falta cometida, de natureza leve.

Art. 34 - São circunstâncias agravantes:

- I - ser o infrator reincidente;
- II - ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente do consumo pelo público do produto elaborado em contrário ao disposto na legislação sanitária;
- III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;
- IV - ter a infração consequências calamitosas à saúde pública;
- V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada, tendentes a evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo, ainda que eventual, fraude ou má fé.

Art. 35 - Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, a aplicação da pena será considerada em razão das que sejam preponderantes.

CAPÍTULO - III

Especificação das Penalidades

Art. 36 - Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis, as infrações sanitárias serão punidas, alternativa ou cumulativamente, com as penalidades de:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão de produtos;

IV - inutilização de produto;

V - interdição de produto;

VI - suspensão de vendas e/ou de fabricação de produto;

VIII - interdição parcial, ou total do estabelecimento;

IX - proibição de propaganda;

X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

Art. 37 - A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias, calculadas em UFIR Mensal ou índice a que vier a substituí-la:

I - nas infrações leves, de 50 UFIRs;

II - nas infrações graves, de 120 UFIRs;

III - nas infrações gravíssimas, de 200 UFIRs.

Parágrafo 1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 31 e 32 desta Lei, na aplicação da penalidade de multa, a autoridade de saúde levará em consideração a capacidade econômica do infrator.

Parágrafo 2 - Quando aplicada a pena de multa, o infrator será notificado para efetuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados da data da notificação, recolhendo-a à repartição fazendária competente, sob pena de cobrança judicial.

Art. 38 - A reincidência específica torna o infrator passível de enquadramento na penalidade máxima e a caracterização da infração como gravíssima.

Parágrafo Único - Para efeitos desta Lei e de seus regulamentos e normas técnicas, ficará caracterizada a reincidência quando o infrator, após decisão definitiva na esfera administrativa do processo que lhe houver imposto a penalidade, cometer nova infração do mesmo tipo ou permanecer em infração continuada.

CAPÍTULO - IV

Caracterização das Infrações e suas Penalidades

Art. 39 - A pessoa comete infração de natureza sanitária e está incurso nas penas discriminadas a seguir, quando:

I - constrói, instala, ou faz funcionar laboratório de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer estabelecimentos que fabrique alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorização dos órgãos sanitários competentes ou contrariando as normas legais pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença e/ou multa;

II - constrói, instala, ou faz funcionar estabelecimento de dispensação de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente, ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

pena - advertência, interdição e/ou multa;

III - instala consultórios médicos, odontológicos e de quaisquer atividades paramédicas, laboratórios de análise e de pesquisas clínicas, bancos de sangue, de leite humano, de olhos e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termas climáticas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raio-X, estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de óticos de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explora atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas normas legais e regulamentares pertinentes:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - extrai, produz, fabrica, transforma, prepara, manipula, purifica, fraciona, embala ou reembala, importa, exporta, armazena, expede, transporta, compra, vende, cede, ou usa alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença ou autorização do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e /ou multa;

V - obsta ou dificulta a ação fiscalizadora das autoridades de saúde no exercício de suas funções:

pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, autorização e/ou multa;

VI - fornece, vende ou pratica atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos, cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância e contrariando as normas legais e regulamentares:

pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

VII - rotula alimentos e produtos alimentícios ou bebidas, bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, de correção estética, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes e quaisquer outros, contrariando as normas legais e regulamentares:

pena - advertência, inutilização, interdição e/ou multa;

VIII - altera o processo de fabricação dos produtos

sujeitos a controle sanitário, modifica os seus componentes básicos, nome e demais elementos objeto do registro, sem a devida autorização do órgão sanitário competente:

na - advertência, interdição, cancelamento do registro, da licença e autorização e/ou multa;

IX - reaproveita vasilhames de saneantes, seus congêneres, e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, **envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos plásticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos perfumes:**

na - apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro e/ou multa;

X - expõe à venda ou entrega ao consumo, produtos de interesse à saúde, cujo prazo de validade tenha expirado, ou e-lhe novas datas de validade, posteriores ao prazo expirado:

- advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização e/ou multa;

XI - industrializa produtos de interesse sanitário assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

- advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento de registro, e/ou multa;

XII - aplica raticidas, cuja ação se produza por gás por, em geladeiras, bueiros, porões, sótãos ou locais de nível comunicação com residências ou frequentados por pessoas mais:

- advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização, e/ou multa;

XIII - não cumpre normas legais e regulamentares, formalidades e outras exigências sanitárias relativas às suas de transportes, seus agentes e consignatários, lantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ia, veículos terrestres nacionais e estrangeiros:

- advertência, interdição e/ou multa;

XIV - não cumpre as exigências sanitárias relativas a qualquer seja proprietário, ou detenha legalmente a sua

advertência, interdição e/ou multa;

XV - exerça profissões e ocupações relacionadas com sem a necessária habilitação legal:

- interdição e/ou multa;

XVI - comete o exercício de encargos relacionados com a prevenção, proteção e recuperação da saúde à pessoa sem a necessária habilitação legal:

- interdição e/ou multa;

XVII - fraudula, falsifica ou adultera alimentos, bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

- apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão da venda e/ou fabricação do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e multa;

XVIII - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

- advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda, e/ou multa;

XIX - expõe, ou entrega ao consumo humano, sal, ou qualquer outro produto que não contenha iodo na proporção de dez miligramas de iodo metalóide por quilograma de produto:

- advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento;

XX - descumprir atos emanados das autoridades de fiscalização visando a aplicação da legislação pertinente:

- advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento, proibição de propaganda;

XXI - transgredir normas legais e regulamentares, relativas ao controle da poluição das águas, do ar, do solo:

pena - advertência, interdição temporária ou definitiva, e/ou multa;

XXII - inobserva as exigências de normas legais pertinentes a construções, reconstruções, reformas, loteamentos, abastecimento domiciliário de água, esgoto domiciliar, habitações em geral, coletivas ou insoladas, hortas, jardins e terrenos baldios, escolas, locais de trabalho em geral, locais de investimentos coletivos e de reuniões, necrotérios, velórios e cemitérios, estábulos e cocheiras, saneamento urbano e rural em todas as suas formas, controle dos ruídos e seus incômodos, bem como tudo que contrarie a legislação sanitária referente a ôveis em geral e sua utilização:

pena - advertência, e/ou multa, interdição parcial ou total, temporária ou definitiva do estabelecimento ou atividade.

Parágrafo 1 - Independem de licença para funcionamento, os estabelecimentos integrantes da Administração pública ou por ela instituídos, ficando sujeitos, porém, às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à limpeza, adequadas, e à assistência e responsabilidade técnicas.

Parágrafo 2 - O desrespeito ou desacato ao servidor competente, em razão de suas atribuições legais, sujeitará o infrator à penalidade de multa, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

CAPÍTULO - V

Caracterização básica do Processo

10 - O processo administrativo próprio para apuração das infrações sanitárias, inicia-se com a lavratura de auto de infração, observando-se o rito e os prazos estabelecidos nesta Lei e seus regulamentos.

- O auto de infração será lavrado na sede da repartição competente ou local em que for verificada a infração, pela autoridade de saúde que a houver constatado, e conterá:

I - nome do infrator, seu domicílio e residência, e os demais elementos necessários à sua qualificação e identificação civil ou caracterização da entidade atuada;

II - o ato ou fato constitutivo da infração e o local, hora e a data respectivos;

MA

- III - a disposição legal ou regulamentar transgredida;
- IV - indicação do dispositivo legal ou regulamentar que comina penalidade a que fica sujeito o infrator;
- V - prazo para interposição do recurso, quando possível;
- VI - nome e cargo legível da autoridade atuante e sua assinatura;
- VII - a assinatura do atuado, ou, na sua ausência, de representante legal ou preposto, e em caso de recusa, a signação dessa circunstância pela autoridade atuante e a assinatura de duas testemunhas, quando possível.

Parágrafo Único - Os servidores são responsáveis pelas lavraturas que fizerem nos autos de infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em casos de falsidade ou omissão de fato.

- 42 - O infrator será notificado para ciência do auto de infração:
 - I - pessoalmente;
 - II - pelo correio ou via postal;
 - III - por edital, se estiver em lugar incerto ou não sabido.

Parágrafo 1 - Se o infrator for notificado pessoalmente e recusar-se a exarar a ciência, procede-se na forma prevista no inciso VII do artigo 41.

Parágrafo 2 - O Edital referido no inciso III deste artigo será publicado uma única vez, considerando-se efetivada a publicação cinco dias após a publicação.

Parágrafo 3 - Quando, apesar da lavratura do auto de infração subsistir, ainda, para o infrator, obrigação a cumprir, expedido edital fixando o prazo de trinta dias para o seu cumprimento, observando o disposto no parágrafo anterior.

Parágrafo 4 - O prazo para o cumprimento da obrigação poderá ser reduzido ou aumentado, em casos especiais, por motivos de interesse público, mediante fundamentação.

Parágrafo 5 - A desobediência à determinação contida no parágrafo 3. deste artigo, além de acarretar a imposição de multa diária, poderá ser aplicada, de acordo com os valores correspondentes à natureza da infração, até o exato cumprimento da obrigação,

sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação vigente.

Art. 43 - As multas impostas em auto de infração poderão sofrer redução de vinte por cento, caso o infrator efetue o pagamento no prazo de vinte dias contados da data em que for notificado, implicando em desistência tática de defesa ou recurso.

Art. 44 - O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de quinze dias contados da sua notificação.

Parágrafo 1 - Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, deverá a autoridade julgadora ouvir o servidor autuante, que terá prazo de dez dias para se pronunciar a respeito.

Parágrafo 2 - Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo dirigente do órgão sanitário competente.

Art. 45 - A apuração do ilícito, em se tratando de produto ou substância referidos no inciso II do artigo 39, far-se-á mediante a apreensão de amostras para a realização de análise fiscal e de interdição, se for o caso.

Parágrafo Único - regulamento próprio disciplinará os procedimentos específicos, atendendo-se à legislação federal, e a execução do previsto no presente artigo.

Art. 46 - Nas transgressões que independam de análise ou perícias, inclusive por desacato à autoridade de saúde, o processo obedecerá rito especial e será considerado concluso caso o infrator não apresente recurso no prazo de quinze dias.

Art. 47 - Das decisões condenatórias poderá o infrator recorrer, dentro de igual prazo ao fixado para a defesa, inclusive quando se trata de multa.

Parágrafo 1 - Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior, no prazo de vinte dias de sua publicação ou publicação.

Parágrafo 2 - Não caberá recurso na hipótese de decisão definitiva do produto em razão de laudo laboratorial em perícia de contraprova, ou nos casos de fraude, fabricação ou adulteração.

Parágrafo 3 - Os recursos interpostos das decisões não definitiva somente terão efeito suspensivo relativamente ao pagamento da penalidade pecuniária, não impedindo a imediata exigibilidade do cumprimento da obrigação subsistente na forma do disposto nos parágrafos 3., 4. e 5. do artigo 42.

Art. 48 - Ultimada a instrução do processo, uma vez esgotados os prazos para recurso em apresentação de defesa ou apreciados os recursos, a autoridade de saúde proferirá a decisão final, dando o processo por concluso após a publicação desta última.

Parágrafo Único - A inutilização dos produtos e o cancelamento do registro da autorização para o funcionamento da empresa e da licença dos estabelecimentos, somente ocorrerão após a publicação de decisão irrecurável.

Art. 49 - As infrações às disposições legais e regulamentares de ordem sanitária, prescrevem em cinco anos.

Parágrafo 1 - A prescrição interrompe-se pela notificação, ou outro ato da autoridade competente, que objetive sua apuração e conseqüente imposição de pena.

Parágrafo 2 - Não corre o prazo prescricional enquanto houver processo administrativo pendente de decisão.

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

50 - O Poder Executivo Municipal expedirá os regulamentos necessários à execução desta Lei, ouvidas as Entidades Profissionais da área da saúde.

51 - Quando o fato gerador de tributo previsto nesta Lei ocorrer no decurso do exercício, a importância a ser paga será calculada, considerando-se os meses restantes do ano, inclusive o do pagamento.

52 - O valor da Unidade Fiscal de Referência (UFIR mensal) a ser aplicada conforme prevê a Tabela de Incidência da taxa dos Atos de Vigilância Sanitária Municipal, "ANEXO I", parte integrante desta Lei, será a do mês do pagamento da respectiva taxa.

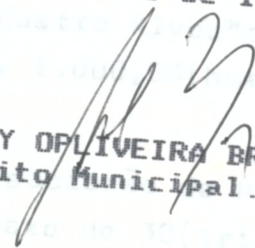
Parágrafo 1 - Para pagamento a vista em uma única parcela, a taxa terá redução de 20% (vinte por cento) do total

Parágrafo 2 Para pagamento em duas parcelas a taxa terá uma redução de 10% (dez por cento) do total fixado, sendo a primeira paga no ato.

Art. 53 - Os termos técnicos que se empregam nesta Lei e nela não se encontram definidos explicitamente, serão entendidos no sentido que lhes consagra a legislação estadual e federal, e na ausência desta, o constante nas regulamentações decorrentes da presente Lei.

Art. 54 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, valendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 1996.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 11 de dezembro de 1995.


AGUACY D. OLIVEIRA BRAZ
Prefeito Municipal.

Registrada e publicada em data supra.



ERNANI ANTONIO SEHNEM
Secretario de Administração e Fazenda.


ERNANI ANTONIO SEHNEM
SECRETARIO EM EXERCÍCIO.